

**REFLETINDO SOBRE AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA A PARTIR DE UMA
HISTORIOGRAFIA DA UFRRJ**

Reflections on university autonomy as of historiography of the UFRRJ

Ana Lúcia da Costa Silveira ¹

OTRANTO, Célia Regina. *A autonomia universitária no Brasil: dádiva legal ou construção coletiva?* (O caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Seropédica (RJ): Edur, 2009.

A questão da construção e consolidação dos diversos níveis de autonomia (didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial) nas universidades públicas é tema recorrente nos debates sobre o ensino superior brasileiro. Resultantes de um histórico controle dos interesses de estratos sociais definidores do sentido e forma da integração nacional, os modelos institucionais de organização das universidades brasileiras em geral conviveram com a tutela e vigilância estatais determinando a natureza do trabalho a ser executado. Isso revela uma situação não de autonomia, mas de heteronomia, constatada pelo nada modesto nível de manipulações ideológicas presentes no funcionamento deste tipo de instituição.

No contexto brasileiro, tal panorama reflete a pouca autonomia da própria sociedade capitalista dependente na qual a instituição universitária se insere. A dependência ocorre no âmbito externo, relacionada à intervenção dos blocos economicamente mais desenvolvidos, canalizada através de organismos internacionais, como o Banco Mundial (entre outros); e também no âmbito interno, evidenciada pela inflexibilidade das classes possuidoras e de suas elites na criação de condições favoráveis para conquistar autonomia cultural em uma configuração civilizatória de modernização com democracia de oportunidades.

Neste cenário, grupos mais hegemônicos lançam o ônus da criação de uma infraestrutura social e cultural coletiva nas mãos do Estado e, no que tange às universidades públicas, por estarem vinculadas à esfera da administração estatal, elas apresentam dificuldades em extinguir as pressões indiretas do financiamento oficial que enfraquecem a sua autonomia real. Assim, acabam se distanciando de uma função social construtiva, engessadas por uma sociedade na qual os interesses culturais da coletividade se subordinam aos interesses culturais “dos que mandam”.

Inserida nesse contexto reflexivo, encontra-se *A autonomia universitária no Brasil: dádiva legal ou construção coletiva?*, de Célia Regina Otranto, baseada em pesquisas realizadas em sua tese de doutoramento no curso de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Na obra, a autora retrata dificuldades relacionadas à construção coletiva da autonomia universitária, posto que a escola superior brasileira não absorvesse como instituição, a missão de romper com o imobilismo cultural herdado de modelos pretéritos.

¹ Professora do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do RJ e doutoranda do curso de Ciências sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade desta mesma Universidade (CPDA/UFRRJ). Contato: analucia_ctur@terra.com.br.

O subtítulo *O caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro* tornou a obra a mais completa historiografia realizada sobre a UFRRJ até os dias atuais. Planejada inicialmente para retratar as dificuldades encontradas pela comunidade universitária da UFRRJ na conquista de uma autonomia, ainda que relativa, no período da ditadura militar (1964-1985), a tese da pesquisadora ganha uma amplitude inesperada (mas muito bem vinda), e passa a remontar o início do século XX, ao estipular, como marco cronológico da pesquisa, a assinatura do Decreto nº. 8.319, de 20 de outubro de 1910, criador da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), que posteriormente deu origem à UFRRJ.

Em circunstâncias de escassez quase absoluta de documentos que recuperassem informações de um passado tão remoto, Otranto realiza um exaustivo trabalho de localização e organização de fontes espalhadas não só em setores da própria UFRRJ, como também em jornais e revistas. Nesse árduo processo de “garimpagem”, a autora se depara até mesmo com “documentos confidenciais”, salvos da destruição imposta pelo regime ditatorial, que primaram por traduzir, de forma inédita, as agruras de um período muito difícil na história da “Rural” (nome com o qual a UFRRJ é mais conhecida).

Em sua estrutura, o livro, além dos quatro capítulos em que é dividido, apresenta, também, um prefácio assinado por Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, referência na produção bibliográfica de assuntos relacionados à história da educação brasileira; uma breve apresentação da autora; e uma introdução, na qual Otranto destaca a importância de pesquisar o tema da autonomia universitária, realizando uma concisa mas completa recuperação histórica da noção de autonomia presente na legislação educacional brasileira, de 1911 a 1996. Ainda na introdução, a autora expõe suas hipóteses de pesquisa: *a autonomia universitária não é obtida exclusivamente por um dispositivo legal e a autonomia universitária é um processo em construção.*

Dois eixos argumentativos embasam o Capítulo I: o primeiro mobiliza uma bibliografia sobre autonomia universitária concebida por autores consagrados no estudo do assunto, entre eles a autora do prefácio da obra, que enfatiza o caráter de construção coletiva inerente à autonomia. No entanto, na evolução deste eixo argumentativo, Otranto ressalta os obstáculos da concretização de uma autonomia construída em um regime coercitivo, como o da ditadura militar, que revelou mais intensamente o contexto de dependência descrito nas linhas iniciais desta resenha, quanto aos âmbitos externo (submissão política das universidades públicas resultante dos acordos MEC-USAID²) e interno (utilização do instrumento legal pelo Estado com finalidades de controle repressivo nas instituições universitárias).

O segundo eixo argumentativo do Capítulo I já introduz a localização da obra no seu perfil dominante, que é o de ser uma narrativa bem detalhada da história da UFRRJ. É certo que a categoria analítica da autonomia não é abandonada, mas, inegavelmente, ela passa a adquirir um papel de menor protagonismo quando Célia, investindo na vertente histórica de sua investigação, vai relatando a origem da ESAMV, suas dificuldades iniciais em conseguir uma sede para funcionamento, a fixação em um espaço improvisado na

² MEC: Ministério da Educação e USAID: United States Agency for International Development.

Praia Vermelha (RJ), onde funcionou até 1947, quando foi transferida para o km.47 da antiga rodovia Rio – São Paulo. No corpo da narrativa, são citados os mais variados tipos de instrumentos legais organizadores do funcionamento da instituição nos diversos locais onde se fixou, comprovando a influência destes dispositivos na “construção” de sua autonomia.

As aspas na palavra *construção* citada acima não são acidentais. Na verdade, os relatos da autora nos capítulos II e III mostram muitas passagens em que os dispositivos legais assumiram uma maior influência nos rumos da instituição do que a mobilização de sua comunidade na construção destes rumos. No segundo capítulo, destinado aos anos 1960, são citados os vários nomes que a instituição teve no decorrer desta década e o surgimento de outros cursos, que vinham a se somar aos originários da instituição (Agronomia e Veterinária). Um dos fatos cruciais na história da UFRRJ mencionado neste capítulo foi a sua desvinculação do Ministério da Agricultura, ao qual era subordinada desde a sua origem, e a criação do novo vínculo administrativo com o Ministério da Educação, acontecimento que a fez conviver com uma nova realidade, a da escassez dos recursos financeiros, uma vez que passou a dividir o orçamento destinado à educação superior com um número bem maior de universidades públicas. Outro dispositivo legal marcante nos rumos da UFRRJ citado no capítulo II foi a Lei 5.465, de 1968, conhecida como “Lei do Boi”, que reservava vagas nos estabelecimentos de ensino agrônômico mantidos pela União a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, fato que comprova não ser dos tempos atuais a controversa discussão a respeito da reserva de vagas em instituições públicas de ensino superior.

Os relatos presentes no capítulo III, referente aos anos 1970, reforçam a dificuldade de a UFRRJ construir a sua autonomia em um contexto politicamente repressor. A essência deste capítulo reside em mostrar como se deu a adaptação da “Rural” às determinações da Lei 5.540, de 1968, conhecida por “Lei da Reforma Universitária”. Tal adaptação se revelou mais visivelmente no aumento da oferta dos cursos, sobretudo nas áreas de Educação e Ciências Sociais. O não cumprimento desta determinação implicaria a incorporação compulsória da “Rural” a alguma outra universidade federal existente nas regiões circunvizinhas. Conforme a autora da obra assinala, foram anos difíceis, pois a instituição convivia com o impasse de criar novos cursos e vagas sem um suporte financeiro adequado para fazê-lo.

É no quarto e último capítulo que Otranto retrata o difícil processo de redemocratização da UFRRJ nos anos 1980. A pesquisadora, baseando-se em um relato detalhado a respeito da demissão arbitrária de um professor, expõe o embate entre uma administração superior sustentada por um regime que, apesar de agonizante, ainda era muito repressor e a força crescente dos segmentos formadores da comunidade universitária que, se aproveitando de certa abertura já vislumbrada naquele oco da ditadura, mobilizavam manifestações em prol de ações que consolidassem uma construção da universidade no coletivo. Há citações a respeito da criação da Associação dos Docentes e da Associação dos Servidores, bem como referências às inúmeras greves que marcaram o início daquela década.

Um dos relatos mais expressivos deste capítulo é o da organização de um processo eleitoral de escolha para reitor com a participação da comunidade universitária. O encaminhamento ao MEC de outra lista de candidatos a reitor, que não a mais votada pelos segmentos de professores, funcionários e alunos, pôs à vista, nas análises da autora, que as lutas em prol da construção coletiva da autonomia universitária muitas vezes não levam ao resultado final esperado, mas, por si só, simbolizam um exercício de luta composto por pequenas (e às vezes escassas) vitórias, sendo a maior delas a própria motivação da comunidade universitária em exercitar medidas que levem à conquista de sua autonomia.

Otranto narra, bem detalhadamente, os fatos citados neste último capítulo e igualmente, na conclusão, acaba por retomar e enfatizar fatos assinalados em todos os demais capítulos, que constituíram exemplos de resistência da comunidade universitária diante dos ditames legais direcionados pelos governos ao funcionamento das universidades públicas brasileiras, o que conduz a obra na direção mais de uma narrativa empírica do que puramente teórica, podendo-se criar, na visão de alguns leitores exigentes quanto à necessidade de fundamentações teóricas mais pormenorizadas, uma suposta lacuna analítica.

Mas é exatamente na riqueza da narrativa empírica sobre a UFRRJ que reside o maior valor da pesquisa de Otranto. O ensino superior brasileiro conta, atualmente, com um elevado número de universidades públicas, algumas delas criadas mais recentemente, a partir de programas governamentais de incentivo à ampliação das oportunidades ao ensino superior. A este conjunto de instituições públicas, o livro aqui resenhado traz lições que vão desde a apreensão de uma excelente metodologia de reconstrução histórica a partir dos marcos legislativos que permearam a trajetória das universidades brasileiras, até a formação de uma mentalidade historicamente preservacionista, de cuidado com a conservação dos documentos que reconstituirão a história futura destas instituições. Tais lições ressaltam o ponto mais positivo da obra, que é a recuperação da historiografia de uma universidade pública brasileira, cuja metodologia, por ser tão rica em detalhes, possivelmente é inédita no conjunto de obras que recuperam a história deste tipo de instituição no Brasil.